



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ATA N.º 15/2018

----- Ata da reunião ordinária realizada ao dia um do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito.-----

----- Ao dia um do mês de agosto de dois mil e dezoito, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores José Manuel Custódia Biscaia, Célia Maria Ramos Morais, José Manuel Saraiva Cardoso e Francisco José Botão de Elvas. -----

----- Sendo cerca das dezasseis horas, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. -----

----- De conformidade com o art.º 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:-----

1. **Aprovação da ata nº 14/2018.**
2. **Período Antes da Ordem do Dia.**
3. **Ordem do Dia.**
 - 3.1. **Conhecimento das intenções da empresa CTT - Correios de Portugal, S.A., transmitido ao senhor Presidente da Câmara Municipal, no que diz respeito às alterações à presença dos CTT no concelho de Manteigas.**
 - 3.2. **Deliberação sobre a proposta relativa ao início do procedimento para a primeira alteração do Regulamento do Orçamento Participativo de Manteigas e sua submissão a audiência prévia dos Interessados.**
 - 3.3. **Deliberação sobre a alteração ao Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal.**
 - 3.4. **Deliberação sobre a informação nº 2313/Proc.2017/650.10.105/45, datada de 12 de julho de 2018, referente ao assunto “Habitação social – ação de despejo”.**
 - 3.5. **Deliberação sobre o projeto de alterações referente ao registo nº 5198, de 16 de julho de 2018.**
 - 3.6. **Análise do ponto da situação das candidaturas relativas a financiamentos.**
 - 3.7. **Deliberação sobre a alteração orçamental nº 4/2018.**
 - 3.8. **Conhecimento do conteúdo da informação nº 2401/Proc.300.50.201, datada de 24 de julho de 2018, referente aos procedimentos de hastas públicas, deliberadas pelo Órgão Executivo.**



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra, deu início à reunião e cumprimentou todos os presentes. -----

Aprovação da ata n.º 14/2018. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, no uso da palavra, informou que não tinha recebido a ata da última reunião de Câmara, talvez por não ter estado presente nessa reunião, como tal iria abster-se na votação da ata supracitada. -----

----- O Senhor Presidente informou que, ainda que o Senhor Vereador José Cardoso não tivesse estado presente na última reunião do Órgão Executivo, deveria ter recebido a ata para tomada de conhecimento dos assuntos aí tratados. O Senhor Presidente deu indicações para que, no futuro, as atas sejam sempre remetidas a todos os membros da Câmara, independentemente, de os mesmos estarem ou não presentes nas respetivas reuniões. -----

----- Achada conforme, a ata n.º 14/2018 foi aprovada, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador José Cardoso, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto do respetivo texto ter sido, previamente, distribuído. -----

Período Antes da Ordem do Dia. -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra, indicou que pretendia dar conhecimento à Câmara de dois assuntos. Informou que teve uma reunião com dois responsáveis dos CTT, que lhe comunicaram, que à semelhança daquilo que está a acontecer no resto do país, também em Manteigas se prevê uma alteração significativa, relativamente à presença dos CTT no concelho, deixando de existir a loja dos CTT em Manteigas. Os CTT pretendem negociar com um operador privado, para transferirem os serviços para um posto de atendimento dos CTT, não eliminando os serviços que vão ser prestados, mas eliminando a loja e a ocupação do edifício onde atualmente estão a funcionar. -----

Recordou que esta é uma situação que se tem verificado por todo o país, originada pela privatização de um serviço público nacional, os CTT, que existe pelo menos há três séculos, que conhecíamos como uma presença e uma relação efetiva entre o Estado e os cidadãos. Tratava-se de uma relação mais direta e que tanto nos tocava, pelas cartas que recebíamos e que enviávamos. A presença dos Correios a todos emocionava, por uma ou outra razão e a sua visita era sempre muito aguardada, essencialmente, pelas melhores notícias. Explanou que desta vez, recebeu a visita dos responsáveis dos CTT pelas piores notícias, pois o serviço está a afastar-se cada vez mais da população, em termos da presença pública e efetiva, deixando de existir uma loja com funcionários dos CTT, com uma atividade muito própria. Declarou que discorda desta situação, contudo entendia, claramente, que é a atitude de uma empresa que é privada. Sendo que não pretendia promover qualquer movimento público contra isto, não contesta a decisão da empresa, porque é a decisão de uma empresa privada, contudo tinha a



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 225 -

intenção de manifestar a posição pública da Autarquia junto do Governo e do Ministro da tutela, dizendo que, a posição que foi tomada de privatização da empresa dos CTT está a levar que estas situações aconteçam. Sublinhou que protesta e discorda da atitude do Governo, que em determinado tempo tomou esta decisão. -----

Informou que, solicitou aos responsáveis dos CTT, que dessem conhecimento oficial à Câmara desta situação, sendo que até à data não tinha sido recebida qualquer comunicação por parte dessa empresa. Disse que teve conhecimento que os CTT estão a contactar as Juntas de Freguesias e outras entidades privadas, no sentido de fazerem as alterações que se preconizaram no seio da empresa, sendo que lhe foi dito que o serviço continuará a ser prestado. Referiu que, tinha questionado os responsáveis dos CTT sobre o que aconteceria aos postos de trabalho ocupados nos CTT em Manteigas. Tendo sido informado que em termos de distribuição de correio, vai continuar a ser feito da mesma forma que se tem verificado, relativamente ao funcionário administrativo que está na loja dos CTT em Manteigas, certamente será suprimido, mas, pelo menos os postos de trabalho das pessoas que residem em Manteigas e que fazem a distribuição do correio, manter-se-ão. Mais acrescentaram, que poderá até haver a possibilidade da empresa ou da Junta que ficar com o serviço, poder vir a contratar um funcionário administrativo para o efeito. -----

Declarou que esta era a comunicação que tinha para fazer em relação aos CTT, com pena de não poder orientar uma manifestação pública, pois caso se tratasse de um organismo que pertencesse ao Governo, seria o primeiro a ir para a rua e encabeçar um movimento. Contudo, contra uma empresa privada, que tem tido esta atitude em todo o país, tem de se perceber exatamente o que pode ser feito. Reiterou que, pretendia fazer uma exposição ao Senhor Ministro das Infraestruturas e Comunicações, que depois submeteria à Câmara, demonstrando o desagrado por aquilo que está a acontecer. Declarou que não podemos ficar isolados no país, em relação às outras Câmaras, às outras Juntas de Freguesias, que têm protestado contra a minimização destes serviços, que tem sido cada vez maior, em relação aquilo que era no passado. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia solicitou a palavra, referiu que Manteigas é um concelho de pequena dimensão, qualquer falha que haja, qualquer diminuição de serviços públicos, é sempre um problema. De facto, a distribuição dos CTT já há algum tempo que tem vindo a ser feita a partir de Belmonte. Sublinhou que é bom que os políticos tenham uma memória muito presente, pois no mandato que presidiu a Câmara foi criticado por várias razões, inclusivamente, por os Correios em Manteigas terem perdido uma boa parte da sua prestação para Belmonte. Mais acrescentou que, quando foi suprimida a ATM da Caixa Geral de Depósitos na Rua 1º de Maio, em Manteigas, houve uma crítica enorme contra quem



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

estava a gerir a Câmara na altura, dizendo que era impensável perder-se uma ATM em Manteigas. Recordou que foi consigo, enquanto Presidente de Câmara, que foi instalada a primeira ATM em Manteigas. Contudo, recebeu diversas críticas, quando uma das ATM da Caixa Geral de Depósitos foi retirada de Manteigas, sendo essa uma situação que foi originada por uma decisão da Caixa Geral de Depósitos, que pertence ao Estado e que não se inibiu de fazer o mesmo que está a fazer os CTT, designadamente, em Almeida e em tantas outras localidades. Declarou que nestas situações têm de ser parcimoniosos e não queria criticar o Senhor Presidente, porque não se deve relativamente a esta matéria, contudo, também se sentia com as observações que foram feitas, na altura da retirada da ATM pela Caixa Geral de Depósitos de Manteigas, pois nada tinha a ver com a decisão que foi tomada por essa entidade. Com isto queria dizer que, em algumas situações há atitudes e em outras situações não há. -----

Afirmou que subscrevia qualquer atitude da Câmara dirigida aos CTT, ou ao Governo, dizendo que não queremos que acabe o Posto dos CTT em Manteigas, na configuração que tinha. Declarou que não estava contra o Presidente da Câmara, apoiava-o nesta situação, sendo que tinha o seu aval para atuar junto de quem entender, manifestando que somos contra esta decisão. Os CTT não podem perder a dignidade que têm em Manteigas. Sendo que quem ficar com esse serviço terá que representar, igualmente, os CTT, porque ainda é um ponto de contacto para a nossa população ter acesso a sua reforma, para obter informações, até mesmo para liquidação da fatura de água dos Munícipes de Manteigas. Reiterou que, estava com o Senhor Presidente da Câmara, é contra estas atitudes que levam ao desfalecimento de trabalho e de serviços em Manteigas. Afirmou que não criticava o Presidente da Câmara, por situações em que não tem responsabilidade, pois nada pode fazer para impedir a decisão de uma empresa privada. Apenas realçou que, não se pode ter dois pesos e duas medidas relativamente às situações. -----

— O Senhor Presidente agradeceu a intervenção do Senhor Vereador José Biscaia, recordou que relativamente a este processo conturbado dos CTT, na altura, enquanto Vereador da oposição no mandato anterior, sempre protestou contra os serviços dos CTT, nunca contra a Câmara. Mesmo quando, a documentação para as reuniões de Câmara lhe chegava atrasada, nunca protestou contra a Câmara, porque sabia que a situação era originada por um serviço, que é prestado ao público e, que estava a ser mal prestado, porque entendeu perfeitamente que se é o serviço de uma empresa pública a Câmara pode protestar, caso não sendo não pode. O mal está na privatização da empresa, sendo que sempre foi da opinião que os CTT não deveriam ser privatizados, até pelo sentimentalismo que nos envolve em relação a um processo secular, e que não devíamos ter deixado. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Indicou que de modo a que se faça justiça, é bom que se diga que quando desapareceram determinados serviços em Manteigas, o Senhor Vereador José Biscaia, que na altura presidia a Câmara, foi criticado por muita gente, contudo, clarificou que no que lhe diz respeito não o criticou, nem lhe apontou o dedo nessa situação, por entender que não tinha responsabilidade nesse processo. -----

No que concerne às caixas de multibanco, é um processo que decorreu em Manteigas e em relação ao qual também não se pronunciou muito. Anuiu que olhava para trás e analisava a posição que tinha tido, enquanto Vereador da posição, em relação ao mandato em que o Senhor Vereador José Biscaia foi Presidente da Câmara e à respetiva gestão do Município, e tinha consciência que, se em alguns momentos poderia ter sido algo mais exagerado, em outros momentos terá ficado um pouco aquém na crítica. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas, no âmbito do assunto dos CTT deixou uma reflexão. Indicou que a tese peregrina de que menos Estado é sempre melhor, na prática resulta, como agora com os CTT, que não o é. Tem-se verificado que os locais menos interventores e com menos capacidade económica, com menos eleitores, são sempre os mais prejudicados nestas situações. E este exemplo dos CTT é isso mesmo. A título de exemplo, referiu que quando esteve em outros países, constatou que cada vez que se alargava a administração do Estado a determinadas áreas desses países, se pugnava por aparecerem os Correios e fazia-se disso umas grandes parangonas. Nós vivemos numa Europa, em que, infelizmente, fecham-se os Correios e não se fazem parangonas ao contrário. -----

Declarou que estava com o Senhor Presidente neste protesto contra os Correios, mas esperava que vá mais além. Fez votos que a Câmara faça um estudo de mercado e verifique se há outro operador privado, alternativo aos CTT, que possa fazer o serviço de envio do correio da Câmara e em vez de se usarem os CTT, usar-se outros operadores que tragam benefícios económicos para o nosso Município. -----

----- O Senhor Presidente disse que a Câmara ia analisar essa situação, mas que a partida não existia alternativa. Indicou que, acompanhava o Senhor Vereador Francisco Elvas no pensamento de que o Estado faz melhor em determinadas áreas, do que por vezes os privados. É nesta área e na administração das coisas pública, dos benefícios que têm de abranger da mesma forma todos os cidadãos. Explanou que se percebe, claramente, que não há nenhuma empresa concorrente aos CTT, senão quando o Governo entregou os CTT tinha aberto concurso público e tinha de facto promovido a luta entre operadores. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso indicou que há algumas localidades em que esse serviço está a ser feito por empresas alternativas, como por exemplo a Chronopost. ---



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente indicou que a sugestão do Senhor Vereador Francisco Elvas ficava registada, e o Município sempre que possa aceder a outro tipo de serviço, com menos custos do que os CTT, naturalmente que o fará. Recordou que há uma série de entidades como a Chronopost e a Transporte de Valores que fazem transporte, mas desconhece-se quais é que estarão melhor vocacionadas para serem uma alternativa aos serviços dos CTT. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso fez uso da palavra, indicou que infelizmente, tem-se verificado que estes movimentos pelo Interior, nem ao menos conseguem manter aquilo que já tínhamos. Procuram compensações, alternativas, discriminações positivas, mas esquecem-se que temos que salvaguardar o que temos, tal como acontece com as empresas, e só depois é que temos de ir à procura de mais. O pouco que vamos tendo, vamos perdendo e o pouco que vamos ganhando nunca compensa o que se perde. Declarou que é a favor das privatizações, sendo que tudo tem a ver com os termos das cláusulas da privatização. Se a privatização obrigasse que todas as Estações de Correios se mantivessem abertas, agora não estavam a fechar, portanto, os contratos é que foram mal feitos. Alertou que a Câmara fornece o ficheiro das cobranças de água, saneamento e resíduos aos CTT, eles imprimem, envelopam e o Município paga esse serviço, mais a cobrança, como tal esse contrato terá de ser denunciado. Declarou que o encerramento da loja dos CTT em Manteigas terá um impacto muito grande, dado que muita gente recebe as pensões através dos CTT e não têm conta bancária, porque estão habituadas a lidar com dinheiro e não trabalham com cartões de multibanco, nem com as instituições bancárias. Assim como, há muita gente que prefere pagar a fatura de água nos Correios, por estarem localizados numa zona mais central da vila. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que, atendendo que o possível encerramento dos CTT em Manteigas é um assunto que a todos sensibiliza, propunha que se acrescentasse na Ordem de Trabalhos desta reunião, um ponto que refletisse este assunto. Nesse seguimento, apresentou uma proposta para que a Câmara Municipal faça um protesto, contra o possível encerramento da loja dos CTT no concelho, junto do Senhor Presidente da República; do Senhor Primeiro Ministro; junto dos Grupos Parlamentares; e junto da Comunidade Intermunicipal. -----

----- A Câmara concordou com a proposta do Senhor Vereador José Biscaia, em alterar a Ordem de trabalhos desta sessão, acrescentando um ponto que refletisse este assunto. Por conseguinte, a ordem de trabalhos foi alterada, tendo sido modificada a numeração dos pontos da Ordem de trabalhos e acrescentado um ponto, que foi designado: "3.1. *Conhecimento das intenções da empresa CTT - Correios de Portugal, S.A., transmitido ao senhor Presidente da Câmara Municipal, no que diz respeito às alterações à presença dos CTT no concelho de Manteigas.*". -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-229-

----- O Senhor Presidente deu continuidade à sua explanação, indicou que um outro assunto que pretendia abordar prende-se com uma questão que está na explanada na ata que foi aprovada nesta reunião, no ponto 4.6 da Ordem de Trabalhos. Nesse ponto não foi feita menção ao prazo, como tal informou que o prazo a ser concedido é de trinta dias. -----

Informou o Órgão Executivo, que a Câmara foi contactada oficialmente por uma entidade que tem pretensão de ocupação daquele espaço, tendo remetido esse ofício para o Gabinete de Apoio ao Investimento, no sentido de se remeter, ao interessado, todas as informações relativas ao Regulamento de cedência de espaços na Sotave, para que a candidatura seja formulada devidamente. Referiu que, assim que dê entrada alguma candidatura no Município, dará conhecimento da mesma aos Senhores Vereadores. Questionou se os Senhores Vereadores desejavam usar da palavra neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso questionou sobre se a próxima reunião de Câmara será antecipada. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que atendendo que a próxima reunião de Câmara se deveria realizar no dia quinze de agosto de 2018, mas como se trata de um feriado, a reunião teria de ser agendada para outro dia. Face ao exposto propôs a antecipação da reunião para o dia catorze de agosto de 2018. -----

----- A Câmara concordou que a próxima reunião de Câmara seja antecipada para o dia catorze de agosto de 2018. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso prosseguiu a sua explanação, indicou que, certamente, o Senhor Presidente já tinha falado com a Senhora Engenheira Rosa, sobre o que se está a passar na Estrada Nacional 232, que está repleta de mato, sendo algo que, infelizmente, está a acontecer em outros distritos. Nesse sentido, disse que gostaria de ter conhecimento sobre as explicações que foram dadas para essa situação estar a acontecer. No seu ponto de vista, as Infraestruturas de Portugal, devem ter uma palavra a dar sobre esta matéria. -----

No que diz respeito ao Ribeiro da Vila, questionou se é intenção da Câmara em manter o contrato, se os prazos vão ser prorrogados, dado que já foram largamente ultrapassados. Solicitou que fosse entregue um relatório da Feira Moura. Deixou uma recomendação em relação à necessidade de reunir com os Conselhos Municipais, visto que, por vezes há falta de informação, que não circula. Disse ter conhecimento que a Escola de Hotelaria tem poucas inscrições para o próximo ano letivo, tem sete matrículas. No que concerne à Escola do 1º Ciclo de Manteigas, questionou sobre se já há mais alguma informação relativa a constituição da turma do 1º ano. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, no uso da palavra, declarou que gostou da limpeza que foi feita na zona do Skiparque, de facto o espaço necessitava dessa limpeza, sobretudo nesta altura que tem tanta afluência. Sublinhou que agora o espaço está digno de ser apreciado. Questionou se a referida limpeza foi feita pela Câmara. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas referiu que, uma vez que ainda não veio a reunião de Câmara nenhum pedido de subsídio, por parte das diversas associações do concelho, questionou sobre o ponto de situação desta matéria. No que diz respeito à Bolsa de Ideias, informou que ficou responsável por tentar marcar a primeira reunião desse Conselho e dada alguma dificuldade nas datas, só conseguiu agendar a mesma para o dia onze de agosto, que é um sábado, das quinze horas às dezassete horas. Questionou o Senhor Presidente se seria possível a Câmara facultar uma sala para esse efeito. -----

----- O Senhor Presidente fez uso da palavra para prestar esclarecimentos às questões suscitadas pelos Senhores Vereadores. Informou que a limpeza no Skiparque foi realizada pela Câmara, há cerca de quinze dias. No que concerne à Estrada Nacional 232, indicou que a mesma está limpa quase até Valhelhas. Deu conhecimento, que há poucos dias reuniu com o responsável direto, sendo que a responsabilidade, neste momento, das pessoas que estavam na estrutura distrital das Estradas de Portugal não é a mesma. Há muitas decisões que são tomadas em Lisboa. Declarou que, nesta data, falou com a Diretora Distrital das Estradas de Portugal, que está muito limitada nas suas funções e no poder de decisão, sendo que das duas reuniões que já teve, neste mandato, com esta entidade, a cada assunto que abordava era-lhe respondido que deveria ser remetido para Lisboa. Como tal, ultimamente optou por falar diretamente com o responsável local, que já tem as instruções de Lisboa para resolver os problemas de uma determinada forma, com as adjudicações que estão feitas, com a interação com os operadores económicos, que já estão contratualizados para desempenharem as diversas tarefas, ao nível da manutenção das estradas. -----

Indicou que, na segunda-feira anterior à data desta reunião, falou com o responsável local, que lhe deu conhecimento que a questão vai ser resolvida, a limpeza das bermas está adjudicada a uma empresa estrangeira, que tem subempreitadas nas diversas estradas, das proximidades dos diversos concelhos. O subempreiteiro que ficou com esta parte da Estrada Nacional 232 de Valhelhas até ao limite do nosso concelho, é alguém que conhecemos, que já trabalhou já em Manteigas e que ainda trabalha, mas que não tem por si só a decisão de fazer o trabalho. No seu ponto de vista, se essa empresa fosse obrigada, já estaria a trabalhar. Considerou haver uma estratégia de poupança de custos, para não ter que se fazer um segundo corte. A título de exemplo, referiu que o Município limpou a Reta da Pedreira, há menos de um mês, sendo que neste momento já precisa novamente de se voltar a cortar as ervas. Por isso considera ser uma



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-231-

estratégia da empresa, para não ter que fazer um segundo corte ainda este ano, antes de terminar a época de crescimento das herbáceas e gramíneas. -----

Indicou que já reclamou e alertou que isto não pode continuar assim, e efetivamente há uma diferença clara entre a estrada que vem de Vale de Estrela até Valhelhas e o limite da nossa estrada municipal. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia solicitou a palavra, fez alusão que há pessoas que escrevem para o jornal e fazem uns comentários, que mais parece que nunca saem de Manteigas, para ver a vergonha em que está a Estrada. Recordou que há tanta gente que reclama de haver uma ou outra erva nas bermas e agora não reclamam sobre isso. Indicou que parece que há um convénio, em que de um lado o que é do governo central está tudo bem, do outro lado o que é do governo local está tudo mal. Explanou que é preciso dizer que a Estrada tem que ser limpa, que a situação esta mal, contudo não via ninguém a falar sobre este assunto. Parecia que toda a gente está conformada com o Governo, com o Ministro da tutela, com as Infraestruturas de Portugal. Declarou que está contra esta situação, e que o Senhor Presidente tem, novamente, o seu aval, para dizer ao Senhor Ministro da tutela, que se não trata desta situação, está a provocar possíveis incidentes de fogo. No seu ponto de vista, o problema nem é das Infraestruturas, o problema é da tutela que não está a obrigar as Infraestruturas de Portugal a atuar, portanto o Senhor Ministro é que é culpado e está a cometer um crime lesa-pátria, porque pode haver um incêndio originado nas bermas do concelho de Manteigas. Deixou este protesto e declarou que não podia responsabilizar o Senhor Presidente da Câmara por esta situação. -----

----- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador José Biscaia que o acompanhava no seu pensamento, contudo quando algo corre menos bem a responsabilidade é sempre do Presidente da Câmara, sempre assim foi independentemente de quem estava a gerir a Câmara. Indicou que, ainda há pouco tempo, tinha recebido um recado relativamente a quintais privados que pegam uns com os outros e têm árvores de fruto, invocando cumprimento da lei relativo à gestão de combustíveis. Esclareceu que a lei da gestão de combustíveis diz respeito somente às zonas periféricas em volta dos aglomerados populacionais e à volta das habitações isoladas. --- Assegurou que tem protestado sobre a falta de limpeza da Estrada, inclusivamente, deu conhecimento, que tinha elaborado um protesto, que ia seguir nesta data para o Ministério do Ambiente, por causa da falta de limpeza que é visível no Covão d' Ametade, que está imundo. Não é da responsabilidade da Câmara limpar aquele espaço, uma vez que o mesmo está em cogestão, está sobre a gestão e patrulhamento do Parque Natural da Serra da Estrela, em cogestão com os Baldios. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

No que diz respeito ao Ribeiro da Vila, disse que começava a verificar-se algum desenvolvimento na obra, já há gradeamentos, a Câmara tem que fiscalizar a aplicação dos mesmos, porque considerava que os prumos não estão coincidentes com a barra de cima. Nesse seguimento, indicou que já tinha solicitado ao serviço competente que fosse fiscalizar a obra, tendo sido informado que os materiais que estão na obra são os que estão referidos no projeto. Considerou que neste momento já se começa a ver trabalho feito. Segundo consta, havia trabalho de *BackOffice* que estava a ser feito na empresa de serrilharia e de carpintaria e que começou a ser montado. Declarou que com o decorrer dos trabalhos, que foram feitos nestes últimos dias, se assim continuar, provavelmente a obra estará concluída dentro de pouco tempo. -----

Confirmou que, já há muito tempo que tinha passado o limite do prazo inicial, inclusivamente, já tinha dado essa explicação numa reunião de Câmara, que se neste momento se fizesse cumprir o prazo inicial, o Município teria que financiar a obra toda, porque a candidatura não está ainda aprovada. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia objetou que a candidatura está aprovada, há dinheiro garantido e disponível para o efeito. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso confirmou que a candidatura está aprovada no pacto da Comunidade Intermunicipal (CIM), só Manteigas é que pode gastar aquele dinheiro. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que a verba está garantida, contudo a candidatura não está definitivamente aprovada e tem que se manter a obra em curso, porque está dependente inclusivamente do projeto transversal. Declarou que já na obra do Posto de Turismo o valor de onze mil euros (11.000,00€) foi reservado para outro projeto e não foi incluído naquele projeto. As informações que foram transmitidas pela CCDR, é que processo ainda não teve finalização, porque embora seja um projeto da Câmara, mas está relacionado e dependente do processo transversal da CIM, no que diz respeito aos recursos naturais. Informou que ia trazer a reunião de Câmara um relatório técnico, mais pormenorizado, em relação a estas duas candidaturas. Indicou que tem tido reuniões, em Coimbra, com a CCDR, em relação ao Posto de Turismo e em relação a esta candidatura do Ribeiro da Vila e, inclusivamente, a última declaração que teve da CIM foi exatamente nesse sentido, enquanto o processo da CIM não estiver finalizado, as candidaturas do Município não têm "luz verde", não tem resolução de aprovação definitiva. Nesse contexto, a Câmara foi informada, que convém manter os prazos de obra, sob pena de perder financiamento. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia explanou segundo a lei, desde 2014 se a obra estiver feita, é garantia de financiamento incontestável. A obra do Posto de Turismo é



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 233 -

uma situação diferente, por ter sido concluída antes de janeiro de 2017 tem um financiamento extra, tem mais 10% sobre o valor. -----

Fez uma retrospectiva da candidatura de requalificação do Ribeiro da Vila. Referiu que a obra foi lançada a concurso em junho ou julho do ano passado e cumpriu todo um processo, de modo a ser concluída em 2017. Recordou que toda a gente referia que o Ribeiro da Vila precisava de arranjo e de qualificação, sendo que para o efeito procurou-se a melhor especialidade para o projeto. Todos reconheciam que o Ribeiro da Vila precisava de uma requalificação, porque as luzes apagavam-se sucessivamente, porque havia um mau tratamento daquele circuito e fez-se naquela altura, quando houve garantias de que havia verbas disponíveis. Por isso, disse não entender porque é que havia um conjunto de vozes que dizia que aquela obra foi realizada para fins eleitorais. -----

Se o projeto não está bem feito e se os materiais não estão bem identificados, a culpa é dos técnicos que estiveram no processo, sendo que foram dados como altamente qualificados. A determinada altura o processo tem uma interrupção, que com certeza quem está a fiscalizar a obra fez um relato relativamente a essa matéria, com todas as penalizações que daí advém ou não. Reiterou que o dinheiro está garantido, inquestionavelmente, desde 2014, assim como está garantido para a Informática de Manteigas, que está adjudicada e que pelos vistos ainda não está financiada. Assegurou que todas as obras desde 2014 têm o financiamento garantido e esta foi concretamente imputada à rúbrica da Comunidade Intermunicipal. A CCDR está a atrasada na aprovação das candidaturas, sendo que desde 2014 que, sucessivamente, tem vindo a dizer que devia ter havido financiamento e aberturas de concursos e não houve. Tinha conhecimento de que não há verbas, que há atrasos, contudo quando no seu mandato disse, precisamente, isso, e foi questionado se não fazia nada para que houvesse verbas. Declarou que essa não era a posição que ia ter com o Senhor Presidente, apenas referia que, infelizmente, a CCDR funciona mal, o Governo está a cativar dinheiro, para não ter a despesa pública tão evoluída como deveria ter, para ter garantias políticas que não gasta todo o financiamento. -----

Afirmou que não imputava a responsabilidade ao Senhor Presidente por não ter dinheiro das candidaturas, contudo é necessário fazer-se o histórico destas matérias e dizer-se que afinal ninguém tem culpa na Câmara. Há atrasos, mas a verba da obra do Ribeiro está garantida, assim como, está garantida a verba do Parque Botânico e o Município tem garantido dois milhões, duzentos e oito mil euros (2.208.000,00€) de verbas em projetos. Indicou que referia isso, dado que alguém escreveu que o anterior Executivo deixou compromissos de um milhão e oitocentos mil euros (1.800.000,00€), afinal ainda sobra duzentos e oito mil euros (208.000,00€). Esta seria a linguagem direta que seria respondida ao processo, mas esse não é o seu objetivo, pelo contrário, pretende apenas pressionar a CIM, a CCDR e o Governo para que desbloqueiam



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

as verbas com celeridade. Contudo, considera que esta matéria tem de ser muito bem aclarada e da sua parte, ao contrário do que o Senhor Presidente afirmou, não há nenhuma manobra dilatória. O Senhor Presidente tem uma data de projetos em mãos, que não tem dinheiro para eles porque ainda não foram aprovados, ou estão em trânsito, mas isso não deve separá-los, pelo contrário, devem seguir no mesmo sentido, para que o Município tenha mais verbas e certamente que terá, relativamente às ARU's. -----

Declarou que nunca irá dizer que o Senhor Presidente é o culpado de não haver dinheiro. Infelizmente, o Município dependemos de terceiros, como tal não irá incumbir ao Senhor Presidente responsabilidades que não tem, pelo contrário, irá apoiá-lo naquilo que exigir para Manteigas. A obra foi entregue por concurso público, teve um júri e a Câmara adjudicou com todas as legitimidades e regularidades. Tudo foi devidamente regulado, exceto o acompanhamento da obra. Há uma fiscalização, que deve verificar se o cronograma físico e financeiro está a ser executado, caso o mesmo não esteja a ser cumprido, o Empreiteiro tem de ser penalizado, a menos que haja justificações, que o dono da obra possa aceitar como sendo válidas e credíveis. Declarou que assumia as suas responsabilidades neste projeto, mas que o Senhor Presidente também tinha que assumir a sua parte neste processo. -----

Explanou que esclarecia este assunto na reunião de Câmara e não ia para os jomais e outros meios de comunicação social fazer nenhuma dilação. Prosseguiu dizendo que estava no Executivo para trabalhar com o Senhor Presidente, dar a sua opinião, apoiá-lo naquilo que deve e contrariá-lo no que considerar necessário. Clarificou que segundo os dados apresentados sobre as candidaturas (obras candidadas ou em curso), o valor atribuído ao saldo de participação é de dois milhões, sessenta e oito mil e quatrocentos e oitenta e cinco de euros e setenta cêntimos (2.068.485,70€). Portanto, quando se diz que tinham ficado compromissos do anterior Executivo, que não eram compromissos, eram teses de projetos no valor de dois milhões, duzentos e oito mil euros (2.208.000,00€), deve-se dizer que também há o valor de dois milhões, sessenta e oito mil e quatrocentos e oitenta e cinco de euros e setenta cêntimos (2.068.485,70€) de saldo de participação, o que significa que são mais duzentos mil euros (200.000,00€) do que havia dos chamados "compromissos". Referiu que ficou triste com as notícias que viu nos escritos e nos "panfletos" que vão aparecendo. -----

Concluiu, referindo que a Obra do Ribeiro da Vila foi projetada para que o espaço ficasse melhor, tudo foi de acordo com a legalidade, a obra deveria estar concluída e não está, tem que haver justificações para estes atrasos e isso tem de estar explanado em relatório. Solicitou que na próxima reunião seja trazido ao Executivo um relatório com a justificação de haver atrasos e dissonâncias entre o cronograma de obra e o cronograma de execução. Solicitou que o técnico viesse a reunião de Câmara esclarecer este assunto. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 235 -

----- O Senhor Presidente informou que o técnico se encontra de férias, mas que numa próxima reunião de Câmara virá dar essas explicações ao Órgão Executivo. Recordou que o que está em causa é o incumprimento do Empreiteiro relativamente à obra e que já está em incumprimento há muito tempo, já estava assim no final do anterior mandato. Qualquer Câmara e qualquer gestor comete erros, é de desconfiar quando aparecem a concurso preços mais baixos. -----

Explicou que há uma outra questão que é relevante e que está correlacionada com a falta de cumprimento do empreiteiro, que é o procedimento administrativo sancionatório que a Câmara tem que ter perante esse incumprimento. A Câmara pode assumir a posição de dizer que chegou o final do prazo e não se renova mais, por conseguinte aplicam-se as multas contratuais e adjudica-se a obra a outra empresa. Explicou que essa hipótese foi analisada e equacionada, só não foi possível, porque segundo as informações técnicas da CCDR, embora as verbas estejam consignadas a esta obra, a candidatura não está devidamente aprovada e o calendário de execução tem de se manter em curso. -----

Declarou que o atraso da obra se calhar está na génese, está na adjudicação, o Senhor Vereador José Biscaia, na altura Presidente de Câmara, não tinha culpa, contudo, a obra foi adjudicada no seu mandato. O problema é que a empresa mostrou que não tem capacidade para andar com a obra. Recordou que o Município podia fazer o pagamento adiantado à empresa, mediante a apresentação da garantia bancária, ou caução, ou com medições em estaleiro, contudo nenhuma das hipóteses foi apresentada. Em suma, o Município não partiu para as penalizações, porque esse processo podia trazer problemas na decisão final da candidatura. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia deixou a sua contestação, questionou qual é o mal da génese do processo. -----

----- O Senhor Presidente disse que tinha feito a ressalva que o Senhor Vereador José Biscaia não tinha culpa neste processo. Questionou se os prazos já estavam ultrapassados, porque é que na altura o anterior Executivo não rescindiu o contrato. Clarificou que, quando tomou posse como Presidente de Câmara, os prazos (que eram de 145 dias para a execução da obra) já estavam ultrapassados. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia respondeu que cumpria à fiscalização fazer o relatório de acompanhamento. Disse que queria que este processo venha a reunião de Câmara. Pretende saber quando é que foi adjudicada a obra, qual era o prazo de execução e qual foi o relatório. Indicou que findo o prazo dos 145 dias deve haver um relatório de incumprimento, já deve haver autos de medição, já há uma data de informações sucessivas. Portanto, quer saber se o serviço competente fiscalizou, porque se não lhe foi dada qualquer



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

informação, não podia atuar. Recordou que, atualmente, os Senhores Presidentes de Câmara já não têm a responsabilidade direta sobre estes processos. Se a fiscalização e os superiores hierárquicos responsáveis não informaram a culpa não é do Presidente da Câmara. -----

Declarou que assume as suas responsabilidades neste processo, mas que o Senhor Presidente também tem de assumir as suas, porque a responsabilidade começa num Executivo e pelos vistos continua no Executivo seguinte. -----

----- O Senhor Presidente declarou que a responsabilidade deste processo agora é sua e assumia isso publicamente. -----

Dando continuidade aos esclarecimentos suscitados neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente mencionou que relativamente à Feira Moura já tinha alguns elementos que podia deixar, em relação aos custos do evento. Aludiu que quando se fazem avaliações destas atividades tem de se ser o mais honesto possível, não se pode fazer uma avaliação destas fora do seu contexto. A Feira Moura isolada de qualquer outra atividade cumpre perfeitamente os objetivos, as presenças, a afluência de pessoal de fora e de Manteigas. Contudo, contextualizada com a realização de outros eventos, como por exemplo o Grande Trail de Manteigas, que no ano passado trouxe mil e quinhentas pessoas no mesmo fim-de-semana, tem muito mais gente, muito mais atrativo, mais expositores. -----

A Feira Moura, este ano, teve menos gente, menos expositores que no ano passado, porque também não tivemos o Grande Trail em Manteigas. Este evento foi realizado em Seia, pois por acordo da estrutura da organização do Grande Trail, com a Câmara de Manteigas e a Câmara de Seia, este evento é bienal, um ano é em Manteigas, outro ano é em Seia. Considerou que realizar qualquer atividade que coincida com o fim-de-semana do Grande Trail, terá sempre muito mais gente e mais expositores. Declarou que as análises quando se fazem têm de ser conscienciosas. Reiterou que este certame teve menos gente e menos expositores do que no ano passado, mas também teve mais espetáculos, mais qualidade cultural, porque no âmbito da Cultura em Rede tivemos o espetáculo Odisseia, que veio complementar com o espetáculo fantástico realizado na primeira noite do certame e que complementou toda a atividade da Feira Moura. -----

Indicou que também é preciso fazer uma análise profunda àquilo que se pode vir a fazer no futuro, nomeadamente, o modelo do certame, se este modelo funciona ou não, ou se tem que evoluir. Explanou que, no seu ponto de vista, este modelo tem de evoluir, inclusivamente, essa é a opinião transmitida pelos intervenientes da Feira, que deram o seu máximo e que já cá estiveram no ano transato e que dizem, claramente, que tem de se evoluir para outro tema. Mencionou que este assunto deverá ser abordado aquando da discussão do Plano de Atividades do próximo ano. De qualquer forma, será feita uma análise com os custos, com as críticas que



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 237 -

tiverem de ser apontadas, mas tem de se ser honestos e reconhecer todos os valores e nuances envolvidos no processo, pois se assim não for, as análises críticas não são intelectualmente honestas. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia fez um pedido de informação. Referiu que lhe foi dito que a ATIVA tinha sido afastada da organização da Feira Moura. Declarou que não tinha nada a favor ou contra, pois quem gere o Município, é que sabe como deve fazê-lo e o que deve fazer com as várias associações que tem. Lembrou que o Senhor Presidente fez críticas, que havia terceiros e outras entidades envolvidas, algumas com caráter lucrativo e outras nem tanto. Sendo que agora a Câmara faz tudo sozinha, já não se articula com terceiros, designadamente, os que são intermediários financeiramente, contudo considerava que a ATIVA participava na organização da Feira de forma gratuita. Questionou se houve algum desentendimento entre a ATIVA e a Câmara, em ordem a que a primeira não tenha participado neste certame. Isto porque surgiu a ideia de que a ATIVA desapareceu do processo, porque a Câmara assim o quis. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu, que isso não é verdade. Explanou que quando se sentaram à mesa para conversar com a ATIVA e com todos os parceiros e associações, que a Câmara quis envolver, isso foi feito da forma mais correta possível: controlando custos e, acima de tudo, tentando melhorar. Explicou que a primeira reunião foi conjunta entre os vários parceiros, onde esteve presente o Município, a ATIVA, todos os participantes na atividade, assim como a empresa que já anteriormente participava no certame. E na discussão dos valores chegou-se à conclusão, que se a Câmara contratualizasse diretamente, poupava dez mil euros (10.000,00€). Por isso, ficou claro que seria a Câmara quem faria as contratualizações, contudo contava com a participação e a colaboração de quem quisesse estar próximo do processo. Ninguém foi excluído, sendo certo, que as associações que recebem financiamento da Câmara, não estão aqui a trabalhar gratuitamente, pois recebem financiamento para o seu Plano de Atividades e neles já fazem parte as atividades em que colaboram com a Câmara, como tal não serão novamente financiadas. -----

Sublinhou que a Câmara contou sempre com a ATIVA para este processo de cooperação, foram convidados para todas as reuniões. Na segunda reunião, os representantes da ATIVA ainda estiveram presentes, na terceira reunião afastaram-se, dizendo que não tinham nada a ver com o processo, pois o mesmo já estava tratado, por isso iam embora. Ainda assim, foram convidados para as reuniões seguintes, houve telefonemas e há e-mails aos quais não responderam. -----

Deu conhecimento que, atualmente há uma atividade que está a ser desenvolvida entre a Câmara e a ATIVA, que é a Feirinha de Artesanato, no Jardim da Vila, e as duas entidades



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

estão em cooperação. No que diz respeito à Feira Moura, a ATIVA afastou-se unilateralmente deste processo. Sendo que também questionava qual o motivo para esse afastamento. Então porque não houve contratualização através da ATIVA, houve o seu afastamento do processo? Declarou que a Feira Moura é um projeto da Câmara, pois se a Câmara paga a atividade, se está no Plano de Atividades da Câmara, trata-se de um projeto do Município. Aludiu que mau gestor será aquele que vai meter um parceiro no processo, que só pela participação cobra dez mil euros (10.000,00€). São parceiros com quem a Câmara já colabora, têm um financiamento anual, desde que entreguem o Plano de Atividades e respondam às exigências do Regulamento. Não podem é assumir-se aqui como parceiros por interesse, devem ser parceiros para a colaboração e pela colaboração. A ATIVA não quis estar neste processo, é uma opção dessa associação, certamente que estarão connosco em outras atividades. Frisou que a decisão não foi da Câmara. -----

No que diz respeito aos Conselhos Municipais, disse já ter solicitado à Senhora Chefe de Divisão, que dentro dos Regulamentos dos diversos Conselhos, se comece a definir datas e a fazer convocatórias para reunir com os mesmos. Em relação à turma do 1º ciclo, indicou que ainda não tinha nenhuma informação, contudo vão procurar saber, uma vez que a DGEsTE e o Chefe de Gabinete do Ministro da Educação ficaram de informar o Município desta situação. ---

No que concerne ao pedido de atribuição de subsídios às diversas associações, informou que, no dia anterior, tinha feito um despacho para que a listagem dos subsídios a atribuir às associações venha à próxima reunião, com a informação da respetiva Comissão de Análise, tendo por base o Regulamento de suporte. Relativamente à Bolsa de Ideias, indicou que Senhor Vereador Francisco Elvas terá todo o apoio da Câmara na cedência do espaço, para a realização da reunião supracitada. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso questionou sobre se é possível obter a requisição e a ordem de pagamento dos azulejos do cemitério de S. Marcos. Tendo o Senhor Presidente anuído. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas tomou a palavra, indicou que tinha recebido nesta reunião a tabela de cálculo dos pressupostos do POSEUR, para adenda ao Protocolo dos Bombeiros. Mencionou que após analisar o documento, verificou que o cálculo está mal feito, sendo o erro de cálculo, em excesso, no valor de três mil trezentos e sessenta e três euros e noventa e seis cêntimos (3.363,96€). -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia questionou qual era o documento a que o Senhor Vereador Francisco Elvas se estava a referir. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 239
[Handwritten signatures and initials]

----- O Senhor Presidente esclareceu que ao Senhor Vereador Francisco Elvas foi entregue um ofício que veio para a Câmara, do POSEUR para os Bombeiros, com o montante elegível, com as penalizações e com o financiamento definido pelo POSEUR. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia recordou que na ata da última reunião, que foi aprovada nesta data, é ferido na página 218: "O Senhor Presidente anuiu ao pedido, informando que ia solicitar, diretamente ao POSEUR, informação referente ao valor final da candidatura, ou seja, o montante aprovado e o montante financiado." Como tal, não acreditava que esse documento já tivesse sido remetido ao Município. -----

----- O Senhor Presidente explanou que o ofício ao POSEUR deveria ter seguido, mas por lapso ainda não foi remetido. Deu instruções à Senhora Dra. Fernanda Cardoso para que, no dia seguinte, se oficiasse o POSEUR de modo a solicitar esse documento. -----

No que concerne à questão suscitada pelo Senhor Vereador José Cardoso, sobre a Escola de Hotelaria, indicou que neste momento ainda não tem conhecimento do número de turmas para o próximo ano letivo. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso recordou que no ano transato tinha ficado registado numa ata da Escola de Hotelaria, que seria apresentada uma candidatura a um curso EFA, sendo que o Dr. Mário, na altura, referiu que não houve tempo para apresentação dessa candidatura e como tal, entendeu-se que seria apresentada este ano. -----

Ordem do Dia.

Conhecimento das intenções da empresa CTT - Correios de Portugal, S.A., transmitido ao senhor Presidente da Câmara Municipal, no que diz respeito às alterações à presença dos CTT no concelho de Manteigas. -----

----- Foi presente, uma proposta apresentada pelo Senhor Vereador José Biscaia, de apresentação de um protesto junto do Senhor Presidente da República, do Senhor Primeiro Ministro, do Senhor Ministro responsável pelas Infraestruturas e Comunicações de Portugal, dos Grupos Parlamentares e com conhecimento à CIM BSE, relativamente às alterações à presença dos CTT no concelho de Manteigas. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, apresentar um protesto junto do Senhor Presidente da República, do Senhor Primeiro Ministro, do Senhor Ministro responsável pelas Infraestruturas e Comunicações de Portugal e Comunicações, dos Grupos Parlamentares e com conhecimento à CIM BSE, relativamente às alterações à presença dos CTT no concelho de Manteigas. -----

Deliberação sobre a proposta relativa ao início do procedimento para a primeira alteração do Regulamento do Orçamento Participativo de Manteigas. -----

----- Foi presente, para deliberação, a primeira proposta relativa ao início do procedimento para alteração do regulamento do Orçamento Participativo de Manteigas. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente explicou que, a Comissão de análise das propostas do Orçamento Participativo chamou à atenção para alguns aspetos, que consideram importantes na avaliação das candidaturas, resultando assim nesta proposta apresentada à Câmara. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia sugeriu que quem redigiu esta alteração ao Regulamento faça uma nova revisão do mesmo, porque antes das designações, umas vezes fala-se em participação, outras vezes em representação, outra vez em validação, em aprovação. Indicou que houve algo que logo a partida lhe chamou à atenção; questionou se as reclamações são depois ou antes da votação. No artigo 18.º é referido que as reclamações são objeto de uma equipa de acompanhamento. Inquiriu em que fase do processo é a reclamação. É na apresentação pública de propostas validadas? Nessa altura elas são validadas e são reclamadas (por não terem sido ainda validadas, ainda não foram ao Presidente da Câmara) ou já é numa fase em que já foram ao Presidente da Câmara e já foram validadas? -----

----- O Senhor Presidente elucidou que, a reclamação é antes de as propostas serem submetidas à apreciação do Presidente da Câmara. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia solicitou que se reveja a hierarquia deste processo. Deu nota de um caso em concreto, o n.º 4 do artigo 10º refere: *“4. Sempre que as propostas impliquem a intervenção em espaços não municipais, devem ser acompanhadas das necessárias autorizações, sob pena de exclusão”*, contudo a alínea g) do artigo 11º vem contrair isso, pois diz: *“Não serão consideradas as propostas que:”* (...) *“g) impliquem investimentos em espaços que não sejam públicos.”* Considerou que esta alteração ao regulamento deve ser refletida e amadurecida. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso alertou que o Presidente da Câmara não pode estar na fase da validação das propostas, de modo a que depois possa apreciar as reclamações, pois caso contrário não há o recurso hierárquico da reclamação. Sugeriu que este projeto de alteração fosse discutido com a Senhora Dra. Gabriela Cravinho e com a Senhora Dra. Paula Rabaça, sendo que podia remeter as suas propostas de alteração. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia sugeriu que a Câmara deliberasse apenas sobre a proposta relativa ao início do procedimento para a primeira alteração do Regulamento do Orçamento Participativo de Manteigas, não se submetendo ainda a audiência prévia dos interessados, para que fossem introduzidas as correções necessárias ao mesmo, antes dessa fase. -----

----- Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto nos artigos 2º, 48º e 241º da Constituição da República Portuguesa, da alínea k), do nº 1, do artigo 33º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro e do disposto no artigo 98º do CPA, aprovar a referida proposta. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 241 -

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Deliberação sobre a alteração ao Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal. -----

----- Foi presente, para deliberação o projeto de alteração do regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal, de acordo com o disposto na alínea k), do nº 1, do artigo 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a qual confere competência ao Órgão Executivo para aprovar regulamentos internos. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia considerou que a alteração é apenas estrutural, só muda a numeração dos artigos, porque a redação dos mesmos é igual a que já existia, apenas dois ou três artigos sofreram alterações. Fez menção ao comentário que está explanado no Regulamento, identificado por "PR1", que diz respeito às noções de Património; Inventário; e Cadastro, contudo, depois não viu essas noções explanadas no Regulamento. -----

----- A Câmara concordou, por unanimidade, que no artigo 2.º do Regulamento, em vez de ser apenas dada a noção de Património, deverá ser indicada a noção de Património; a noção de Inventário; e a noção de Cadastro. -----

----- O Senhor Presidente propôs que a Câmara aprove, o Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal, de forma condicionada, com a apresentação de documento final aos Senhores Vereadores. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, da alínea k), do nº 1, do artigo 33º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar de forma condicionada, com a apresentação do documento final aos senhores Vereadores, o referido projeto. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Deliberação sobre a informação nº 2313/Proc.2017/650.10.105/45, datada de 12 de julho de 2018, referente ao assunto "Habitação social – ação de despejo". -----

----- Foi presente, para deliberação, a informação nº 2313/Proc.2017/650.10.105/45, datada de 12 de julho de 2018, referente ao assunto "Habitação social – ação de despejo". -----

----- A Senhora Vice-Presidente tomou a palavra, referiu que este ponto se prende com uma ação de despejo que a Câmara propõe fazer, uma vez que, a este munícipe/inquilino, que ocupa uma casa social, lhe foram pedidos, tal como decorre do Regulamento, os documentos para apreciação de renda. Esses documentos nunca foram entregues na Câmara, apesar de o visado já ter sido notificado por diversas vezes, para o efeito. Declarou que não se pode ocupar uma habitação social, com renda de baixo valor, quando neste momento o agregado familiar do inquilino em causa até é reduzido e sem se ter conhecimento do valor que o agrado familiar auferir. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso considerou ser muito estranho, uma pessoa prescindir voluntariamente de uma habitação, com alguma qualidade e a preço zero. ----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas indicou que o que choca é que o Município notificou o visado em dezembro do ano transato, para apresentação dos documentos, e em agosto de 2018, o mesmo ainda não apresentou o solicitado. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia questionou se a Câmara já tentou entregar a notificação pessoalmente, com a assinatura do livro de protocolo. -----

----- A Senhora Vice-Presidente respondeu que já foram tentados todos os meios e esgotados todos os recursos de notificação, sem que o inquilino responda ao solicitado pela Autarquia. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia considerou tratar-se de um caso complicado, é um caso social, que tem de ser averiguado de outra maneira, tem de se arranjar todos os mecanismos, tem que se obrigar o Município a deslocar-se à Câmara. Ou é negligência absoluta, ou é ignorância, ou é incapacidade por parte do visado. Indicou que estavam perante um caso anómalo. Como tal, antes de a Câmara partir para uma ação de despejo, na sua opinião, deveria intentar outra solução, eventualmente, envolver também a Segurança Social. ----

----- O Senhor Presidente esclareceu que a intenção é a Câmara comunicar ao visado a intenção de despejo, sendo que o mesmo tem, no âmbito da audiência prévia, dez dias para responder à decisão de despejo. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso colocou a hipótese de os rendimentos serem apresentados em nome da esposa, do inquilino em causa. Há a ação de despejo, a esposa candidata-se à casa e tem primazia. Considerou que a RELIS funciona em Manteigas para tratar de casos como este. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, no uso da palavra, indicou que pretendia que a Câmara condicionasse este assunto a um acompanhamento dos serviços sociais. No seu ponto de vista, trata-se de um caso de desintegração social, como tal deve-se intentar que haja primeiro uma intervenção social, pois não se pode abandonar assim as pessoas, inclusivamente, porque neste caso está uma família envolvida. O inquilino em causa candidatou-se à habitação social, com um agregado composto pela esposa e mais dois filhos, e foi isso que lhe deu garantia de ter uma casa, cuja renda é de cerca de quatro euros (4,00€). Desconhece-se qual é, atualmente, a composição do agregado familiar, até porque os filhos já são maiores de idade. Na sua opinião, deve ser feito um novo inquérito relativamente ao agregado familiar, sendo que considerava que a esposa do visado tem de ser envolvida neste processo. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 243 -

----- O Senhor Presidente face ao exposto, considerou que o que está em causa, neste momento, era a Câmara olhar por esta família, como tal, propôs que se envie este assunto para o gabinete Jurídico, no sentido de avaliar perante a situação familiar, se há a hipótese de a esposa, em nome individual, se dirigir às finanças e pedir uma declaração de rendimentos do agregado familiar. Se legalmente for possível a esposa ser envolvida neste processo, será ela a apresentar a declaração de rendimentos. Contudo, caso o gabinete Jurídico, informe que legalmente tal não é possível, o assunto será novamente remetido para deliberação da Câmara. Explanou que esta solução não se trata de protelar a situação, é somente para dar mais uma hipótese de apresentação dos documentos. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas concordou com a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, contudo considerou que é a última hipótese que deve ser dada, para ser sanada a situação. A partir daí, o Órgão Executivo tem que tomar uma decisão, porque à volta desse inquilino vivem pessoas que ganhando menos pagam mais de renda. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter este assunto para o gabinete Jurídico, no sentido de informar se legalmente a esposa pode ser envolvida neste processo, de modo a que esta possa entregar os documentos para regularização do processo de atualização da renda de habitação social. -----

Deliberação sobre o projeto de alterações referente ao registo nº 5198, de 16 de julho de 2018. -----

----- Foi presente, para apreciação e deliberação, o projeto de alterações referente ao registo nº 5198, de 16 de julho de 2018. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o projeto de alterações, conforme proposto no movimento (4) do relatório do documento registado sob o nº 5198. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Análise do ponto da situação das candidaturas relativas a financiamentos. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia solicitou a palavra, indicou que este ponto foi agendado a seu pedido, sendo que pensou que estaria presente nesta reunião o Senhor Chefe de Divisão, para prestar os esclarecimentos necessários, contudo o mesmo está de férias. Mencionou que, no documento que foi entregue sobre a situação das candidaturas relativas a financiamentos, falta um conjunto de elementos, designadamente, as datas em que foram apresentadas as candidaturas. Referiu que os comentários podem ser inócuos, podem ser perniciosos se efetivamente não vêm acompanhados de um conjunto de elementos. Disse que analisou a informação prestada relativamente a estas trinta e três candidaturas, contudo, embora se diga que as candidaturas estão em execução, mas não tem expressa a avaliação, nem se



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

conhece em que fase é que estão. Ou seja, falta um conjunto de elementos para poderem ter um diálogo mais profícuo. Aludiu que, todos estes investimentos, que estão explanados neste documento, alguns já financiados, outros em fase de execução, outros em fase de finalização, somados juntamente com o valor que falta receber de comparticipação (explanado na coluna saldo de comparticipação), ou seja o crédito que a Câmara terá caso o processo evolua em conformidade, tudo somado dá o valor de dois milhões e sessenta e oito mil euros (2.068.000,00€). Indicou que o Senhor Presidente pode dizer que estes projetos já vinham todos de trás e nem sequer correspondem a sua prerrogativa, contudo os mesmos já estavam explanados no último Plano de Atividades apresentado no anterior mandato. Sendo que todos os projetos receberem anuência de todos os elementos do então Órgão Executivo. -----

Considerou que os projetos estão bem financeiramente, numa expectativa de futuro próximo, relativamente aquilo que a Câmara precisa. A menos que o Senhor Presidente abdique de todos os projetos, ou de parte deles, caso contrário tratam-se de projetos que se tiverem continuidade, são no valor superior a três milhões de euros (3.000.000,00€) de investimentos, dado que aquilo que está explanado em saldo de comparticipação é o que falta à Câmara receber e não o que falta pagar. -----

Fez alusão que o Senhor Presidente tinha referido nesta reunião que, designadamente, a obra do Ribeiro da Vila, ainda nem sequer há a possibilidade de fazer pedido de reembolso, uma vez que faltam um conjunto de elementos constitutivos da própria candidatura. Analisando o mapa, constatou que o primeiro e segundo projeto estão em fase de conclusão; o terceiro está em fase de preparação, o que significa que há dinheiro, que é o dinheiro da ARU; o Programa de Modernização Administrativa só falta receber o dinheiro; a Iluminação Pública aguarda decisão, e sabe-se que ainda nada está decidido e desconhecemos se a Câmara vai optar por esta solução ou outra; está garantida uma verba que é para a Escola, e que inicialmente era destinada à Escola de Hotelaria, mas que foi impossível aí ser aplicada; há uma verba para as Energias Renováveis, que se verá onde será aplicada, uma vez que pode não ser na iluminação pública; o Wi-Fi também está garantido; assim como as eficiências energéticas; a renovação de edifícios de Sameiro e Vale de Amoreira, que ainda está em análise. Questionou se a Escola de Manteigas já está candidatada, uma vez que no documento apenas refere que está em preparação. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que a candidatura está feita, está-se a finalizar o projeto para ser apresentado. Informou que este projeto tem tido algumas dificuldades técnicas na finalização do processo, na definição dos trabalhos e está em preparação neste momento para ser apresentado. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 245 -

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia concluiu que então o que está em causa não é um atraso na aprovação da candidatura, é apenas apresentação da mesma. Indicou que o Senhor Presidente tem referido atrasos na aprovação, contudo esses atrasos não são só na aprovação, mas também há atrasos na preparação e apresentação de candidaturas. Esta candidatura está garantida. Todas as candidaturas que estão a aguardar orientações, as que estão a aguardar decisão e as que estão em execução, são candidaturas que já vêm de trás. --

----- O Senhor Presidente respondeu que não podia ser de outra forma, porque não há a possibilidade de apresentar mais candidaturas. Houve apenas a possibilidade de apresentar a candidatura para a recuperação do Pavilhão do Centro Cívico de Manteigas, que foi submetida a semana passada, na sexta-feira. Foi feito o caderno de encargos, todas as medições, foi indicado o que se pretende e tem um investimento previsto de cento e doze mil e duzentos euros (112.200,00€). -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia prosseguiu a sua explanação, mencionou que as candidaturas que foram apresentadas, independentemente da fase de maturação em que se encontrem, envolvem um valor de dois milhões e sessenta e oito mil euros (2.068.000,00€). Declarou que o Senhor Presidente tem que agradecer por ter recebido uma herança destas, ao contrário de se queixar, que lhe deixaram compromissos no valor de um milhão e oitocentos mil euros (1.800.000,00€). Esclareceu que o anterior Executivo não deixou compromissos, deixou candidaturas, que o Senhor Presidente podia abdicar delas, caso o entendesse. Deixaram-lhe candidaturas, para investimento, no valor de dois milhões e sessenta e oito mil euros (2.068.000,00€). Frisou que esta é a imagem verdadeira que tem que passar. Indicou que neste mapa não estão refletidas duas candidaturas: o Centro de Sensibilização Ambiental; e o Pavilhão do Centro Cívico de Manteigas, que vão aumentar ainda mais o valor do investimento. -----

Mencionou que, o Senhor Presidente disse que o ano económico de 2018 está fortemente afetado por decisões tomadas no mandato anterior. Questionou se o ano económico estava afetado, porque o anterior Executivo deixou dois milhões e sessenta e oito mil euros (2.068.000,00€) para cobrir despesa previsível de um milhão e oitocentos mil euros (1.800.000,00€). Propôs que o Senhor Presidente indique quais as candidaturas que quer abandonar. Fez alusão, que a uma determinada altura, o Senhor Presidente disse que têm acontecido manobras dilatórias nas reuniões. Esclareceu que, da sua parte nunca houve manobras dilatórias que levasse ao possível retardamento de processos. -----

Concluiu que só solicitou que este assunto viesse a reunião de Câmara para dizer que, se concordam todos com estes projetos e continuam a evoluir com eles, não quer que o Senhor Presidente se queixe por um lado dos projetos e por outro lado que não se queixe, pelo menos



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

de si, porque nunca teve nenhuma atitude dilatória. E caso tenha havido, que seja referida para se corrigir, porque não quer ter essas atitudes dilatórias, que de alguma maneira comprometam a gestão do Executivo. Indicou que gostaria que este mapa viesse novamente à reunião de Câmara com a data das candidaturas. -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra, referiu que as coisas tratadas fora do contexto têm outro significado. Disse que tinha presente, que uma das afirmações foi, precisamente, que o Plano de Atividades e Orçamento para 2018, seria fortemente afetado pelos compromissos que vêm de trás. Esclareceu que quando fez referência aos compromissos, se estava a referir às candidaturas e projetos. E nesse contexto, tinha dito que por isso mesmo é impossível dar corpo ao projeto político, já em 2018, apresentando ao eleitorado. Elucidou que este é o contexto da sua afirmação, e que está explanado no Preambulo do Plano de Atividades, nunca referiu que o ano estava afetado negativamente. Aludiu que esteve presente no anterior Executivo, quando estas opções foram tomadas, por maioria, e nunca criou algum tipo de problema nas opções que a maioria, na altura, entendeu fazer. Portanto, quando referiu que o ano económico está afetado, referia-se às candidaturas que vêm de trás, sendo verdade que têm financiamento, mas não é verdade que possam recuar em relação a algumas candidaturas. -----

A única possibilidade que o Município teve para recuar, e já foi feito através de uma alteração orçamental da Câmara, é relativamente à candidatura ao Combate ao Insucesso e Abandono Escolar, que não se sabe ao certo o que é, não está definido. No âmbito dessa candidatura há uma verba exageradamente elevada, que está atribuída, e ainda nem sequer está definido, em termos de organismos centrais, o que se pode fazer para combater o insucesso escolar. Como tal, fez-se uma reafectação da verba e foi apresentada à CCDR. -----

No que diz respeito às manobras dilatórias, esclareceu que não se referia às candidaturas, mas há processos que já passaram pelas reuniões de Câmara, cuja deliberação foi retardada e depois acabaram por ser resolvidos. Clarificou que essa afirmação não dizia respeito às candidaturas. Afirmou que, tem a noção clara, que o abastecimento do Orçamento da Câmara não pode ser feito através das finanças próprias, porque a Câmara não tem autonomia financeira, para propor um Plano de Atividades que não seja através dos Quadros Comunitários. Fez referência que o Portugal 2020 foi definido já há algum tempo e não está devidamente executado. Há críticas extremas por parte das Câmaras Municipais e das Comunidades Intermunicipais, há atuação dos organismos intermédios, porque este processo não tem a ver propriamente com as Câmaras. Explanou que há um ou outro processo cujo atraso pode estar relacionado internamente connosco, por exemplo o projeto da Escola. Mas, tal acontece porque a Câmara não tem capacidade técnica interna, para ultimar esse processo, ainda assim, a maior parte dos processos não estão presos pela atividade da Câmara. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 247 -

Recordou que, no mando anterior, tinha por diversas vezes corroborado com anterior Presidente de Câmara, quando fazia menção, no seu discurso, aos atrasos dos financiamentos e das candidaturas. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia questionou o Senhor Presidente da Câmara se concordava com todos os projetos que estavam explanados neste documento. -----

----- O Senhor Presidente respondeu que concordava, com exceção do projeto relativo ao Combate ao Insucesso Escolar, porque lhe parece completamente descabido. Declarou que, se no passado concordou com estes projetos, quando foram apresentados no Executivo do qual fazia parte, seria muito mau para si e para a sua credibilidade agora dizer que não sabia deles e que não tinha dado o seu aval. Pese embora, na altura, não tenha sido discutido com profundidade, as opções que a Câmara fez no seio da Comunidade Intermunicipal, visto que foi apresentado um mapa ao então Órgão Executivo, já perfeitamente adquirido, sendo que também aí não tinha levantado qualquer problema. São as opções da Câmara perante um quadro que lhe foi apresentado e que lhe foi quase imposto. As ARU's são uma imposição para as Câmaras Municipais, com uma perfeita discriminação entre os Municípios de maior dimensão, com maior financiamento e os Municípios de menor financiamento. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia fez uso da palavra, indicou que quando se utiliza uma determinada linguagem, a mesma tem de ser tão objetiva quanto agora foi explanado na intervenção do Senhor Presidente. Indicou que o Senhor Presidente falou em compromissos e devia ter dito que tinha compromissos, mas que também tinha verbas correspondentes. Seria bom se a Câmara nos próximos três anos conseguisse investir os três milhões de euros (3.000.000,00€), que estão explanados nestes projetos. Explanou que a sua intervenção neste ponto, foi no sentido de esclarecer a situação e seria benéfico se a jornalista, que escreveu no Jornal sobre este assunto, também ouvisse a sua parte nesta matéria. -----

----- O Senhor Presidente referiu que gostava de não ter que, dentro de dois meses, ser obrigado a fazer uma Revisão Orçamental, devido aos atrasos de financiamento e à falta de arrecadação de receita, por culpa externa, tal como o anterior Executivo teve de fazer no ano passado e há dois anos, e que, certamente, a Câmara será obrigada a fazer, também, no corrente ano. Indicou que futuramente tentaria ser mais claro no seu discurso. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas solicitou a palavra, referiu que o Senhor Presidente, na sua intervenção, tinha mencionado que houve assuntos cuja deliberação foi retardada nas reuniões de Câmara. Questionou quais foram os assuntos em que isso ocorreu, porque pelo que tem em memória, os assuntos que foram adiados de umas reuniões para as outras, na sua maioria, foi por solicitação do Senhor Presidente, por haver alguma inconveniência no tratamento de um determinado assunto. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente respondeu que basta ler as atas das reuniões de Câmara para se perceber os assuntos que ficaram de umas reuniões para as outras e acabaram por ter o desfecho que deviam de ter. A título de exemplo, referiu o caso do subsídio aos Bombeiros, que é uma instituição desta terra e que acabou por os envolver a todos no final, mas passado muito tempo. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, no uso da palavra, aludiu que a execução de despesas de capital é das mais baixas dos últimos anos. É necessário ir junto das entidades competentes, quer da CIM, quer da CCDR e reclamar. Deixou a recomendação que neste mapa das candidaturas relativas a financiamentos, fosse feita a distinção entre aquilo que são candidaturas da Câmara; da Associação de Municípios da Cova da Beira; da ENERAREA; e da Comunidade Intermunicipal, com códigos diferentes. Isto porque, onde está investimento previsto, nas Redes verifica-se um valor de seis mil e oitocentos euros (6.800,00€), sendo que não se trata de investimento previsto, mas é a despesa que a Câmara vai suportar do investimento. Por último, indicou que o mapa reflete o Grande Prémio Internacional de Ciclismo Beiras e Serra da Estrela do ano transato, mas o de 2018 não está aí refletido. Solicitou que tudo o que for só despesa seja colocado numa folha à parte. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia acrescentou ainda que, o investimento das Redes é muito grande, é mais de cem mil euros (100.000,00€), do qual a Câmara vai pagar cerca de seis mil euros (6.000,00€). O que significa, que no investimento do Orçamento, quando foi dado o cabimento foi dado com base no volume atribuído à Câmara de Manteigas. -----

Deliberação sobre a alteração orçamental nº 4/2018. -----

----- Foi presente, para deliberação, a alteração orçamental nº 4/2018. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, no uso da palavra, questionou se há verbas que são retiradas de despesas de capital para despesas correntes e se isso é legal. -----

----- O Senhor Presidente clarificou que há uma despesa de capital que transita para despesa corrente, sendo que questionou o serviço de Contabilidade se tal era possível. Tendo sido informado de que era legal, desde que fosse mantido o equilíbrio financeiro, sendo que dentro de alguns meses terá que se corrigir essa situação. Contudo, contabilisticamente é possível e é legal, pois caso contrário nunca traria isso a deliberação de Câmara. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso declarou ser uma péssima prática contabilística. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia indicou que isto é "*gato escondido com rabo de fora*", porque daqui a um mês e meio volta a aparecer o valor de duzentos mil euros (200.000,00€) na despesa de capital, de onde tinham saído. No seu ponto de vista, e em nome da boa ética de gestão, passar das despesas de capital para as despesas correntes parece-lhe



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

uma subversão do processo, embora não queira com isto dizer que é ilegal. Se o Senhor Presidente foi informado que a operação é legal, acreditava que assim fosse. -----

----- O Senhor Presidente clarificou que dentro de um mês e meio a Câmara terá de fazer uma Revisão Orçamental, para corrigir uma série de situações, desde logo a incorporação do resultado líquido do ano passado, que não corresponde ao que estava previsto. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso recordou que na altura tinha alertado que o resultado líquido está lá por excesso. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas explanou que, segundo as explicações dadas, o que está a ser feito, no fundo, é transferir receita de capital para pagar despesa corrente. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia elucidou que, primeiro transforma-se em receita corrente e depois é que vai para despesa. A receita passa para receita, deixa de ser receita de capital para ser receita corrente, a despesa deixa de ser despesa de capital e passa a despesa corrente. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso solicitou alguns esclarecimentos, porque havia despesa que desconhecia a que dizia respeito, nomeadamente: as ajudas de custo, que pelos vistos com menos gente está-se a gastar mais dinheiro; questionou se a despesa do gasóleo tem a ver com o aumento dos combustíveis; na rubrica dos *Encargos de Instalações* no valor quinze mil e setecentos euros (15.700,00€); em *Outros Serviços* aparece o valor de setenta e cinco mil euros (75.000,00€); transferências correntes privadas no valor de dezanove mil e vinte e cinco euros (19.025,00€), questionou se tem a ver com os Bombeiros. Por último, pediu esclarecimentos relativamente à anulação do valor de quarenta e seis mil e setecentos e dezanove euros (46.719,00€) na rubrica de *Equipamento Básico – Outros*. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que o aumento relativo à rubrica do gasóleo tem a ver com aquilo que estava previsto no Orçamento, cuja despesa só estava até setembro, pois é nesse mês que termina o contrato, como tal, não podia envolver a despesa dos meses de outubro, novembro e dezembro. No que diz respeito aos valores de quinze mil e setecentos euros (15.700,00€) e de setenta e cinco mil euros (75.000,00€), tratam-se de encargos com a EDP na iluminação pública e contadores. A anulação de *equipamento básico – Outros* é uma rubrica genérica, estava dotada e não sendo necessário retirou-se. -----

----- O Senhor Vereador José Cardoso, o Senhor Vereador José Biscaia e o Senhor Vereador Francisco Elvas, declararam que votavam favoravelmente a alteração orçamental n.º 04/2018, de forma condicionada à apresentação de parecer do Revisor Oficial de Contas (ROC), no que concerne à operação contabilística de utilizar receita de capital para pagar despesa corrente. —



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida alteração. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Conhecimento do conteúdo da informação nº 2401/Proc.300.50.201, datada de 24 de julho de 2018, referente aos procedimentos de hastas públicas, deliberadas pelo Órgão Executivo. -----

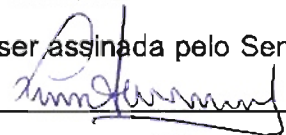
----- Foi presente, para Conhecimento do conteúdo da informação nº 2401/Proc.300.50.201, datada de 24 de julho de 2018, referente aos procedimentos de hastas públicas, deliberadas pelo Órgão Executivo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento do conteúdo da informação nº 2401/Proc.300.50.201, datada de 24 de julho de 2018, referente aos procedimentos de hastas públicas, deliberadas pelo Órgão Executivo. -----

Finanças Municipais. -----

----- Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante duzentos e noventa e nove mil, quinhentos e sessenta e um euros e setenta e cinco cêntimos (299.561,75€). -----

----- E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezanove horas foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. -----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim  -----
Fernanda Cruz Cruto Cardoso, Assistente Técnica, que a redigi, em substituição de Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, conforme despacho do Senhor Presidente, datado de vinte e sete de outubro de dois mil e dezassete. -----

